



-----votos a favor-----
-----votos contra-----
-----abstenção-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2022

I – ABERTURA -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas 20 h 20 m reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, na Associação Desportiva e Cultural de Tagarro, na freguesia de Alcoentre, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Atividade Municipal – Período de 04 de junho a 09 de setembro de 2022 -----

----- Ponto 2 – Adenda aos Contratos Interadministrativos com Juntas de Freguesia ----- P 53/P/2022

----- Ponto 3 – Adenda aos Acordos de Transferência com Juntas de Freguesia ----- P 54/P/2022

----- Ponto 4 – Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica 2050 ----- P 55/P/2022

----- Ponto 5 – Reconhecimento de Interesse Público para a Instalação de seis unidades Fotovoltaica e Linha de Transporte – Processo 41/20 OOU ----- P 74/P/2022

II – PRESENÇAS -----

----- Mesa da Assembleia: -----

----- Presidente – Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos -----

----- Primeiro Secretário – Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição -----

----- Segundo Secretário – Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo -----

----- Membros da Assembleia Municipal: -----

----- Encontravam-se presentes os membros senhores Alexandre José Gomes Grazina, António José da Fonseca Nobre, António Manuel Amaro Costa, em substituição de David José Pinto Mendes, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos Alberto Cláudio Pires, Carlos Alberto Rafael da Fonte, Cláudia Helena Domingos Gomes, Cláudio André Serrano Horta Salema, Elisete Maria Vitorino Rodrigues, Firmino Miguel Santos Amendoeira, Francisco António Galvão Morgado, Gonçalo Luís Mesquita Ferreira, Gustavo Bruno Borda de Água, Helena Maria Amorim Maciel, Horácio Gomes Ribeiro, José Avelino Colaço Correia, José Manuel Fortunato Martins, José Vieira Navarro de



Andrade, Maria de Fátima Gaspar Pinto, Maria Manuela Leandro dos Santos Firmino, em substituição de Nelson Caetano Rodrigues, Maria João Martins Canilho de Sousa, Marta David Gondar Diniz, Sérgio Paulo de Sousa Alexandre e Tiago João Freitas Santos, em substituição de Natália Maria Andrade Peres. -----

----- Membros da Câmara Municipal: -----

----- **Presidente** – Silvino José da Silva Lúcio -----

----- **Vice-Presidente** – António José Mateus de Matos -----

----- **Vereadores** – Ana Margarida Serrano Gaspar Coelho -----

----- Mara Lúcia de Almeida Oliveira -----

----- Rui Pedro Figueiredo Corça -----

----- José Paulo de Carvalho Pereira -----

----- Maria Inês da Graça Louro -----

----- Foi verificada a existência de quórum. -----

III – SUBSTITUIÇÕES -----

----- Ao abrigo do n.º 1 do artigo 78º e do n.º 1 do artigo 79º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na sua atual redação, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, a Senhora Deputada **Natália Maria Andrade Peres**, representante do PSD na coligação PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM sendo substituída pelo Senhor Deputado **Tiago João Freitas Santos**, representante da mesma coligação na lista admitida e o Senhor Deputado **Nelson Caetano Rodrigues**, representante do PSD na coligação PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM sendo substituído pela Senhora Deputada **Maria Manuela Leandro dos Santos Firmino**. -----

----- Foi dado início à reunião pelo Senhor Primeiro Secretário Rodrigo Conceição e foram cumprimentados os presentes e o público que assistia via Youtube, no canal da autarquia. -----

IV – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS” -----

----- Foram lembradas as normas aplicáveis à inscrição dos cidadãos para intervenção nesta sessão, conforme descrito em Edital, tendo a Assembleia recebido dois pedidos de intervenção. -----

----- Interveio o Senhor António Almeida, questionando se já havia alguma novidade acerca da proteção de saúde no concelho de Azambuja e por inerência na freguesia de Alcoentre. Teria ouvido que no dia seguinte iria haver uma marcha lenta entre o Carregado e Aveiras de Cima e já tinha visto prospectos a dizer que as pessoas se têm de concentrar, cada uma nos seus postos ou centros de saúde, ficando a dúvida de como é que seria para fazer. Outra situação que achava que necessitava de confirmação é se o que iriam fazer, era um seguro ou um plano de saúde para todos os munícipes, referindo que não acharia possível fazerem um seguro de saúde para todos e como tal, deveria ser um plano. Sendo um plano de saúde, gostava de saber como funciona, pois, achava muito curto para pessoas que não tenham muitas possibilidades económicas. Questionou o que viria a seguir, no caso de uma pessoa ir a um médico particular e este lhe passar exames, se os mesmos poderiam ser realizados nos serviços do serviço nacional de saúde, ou a pessoa ficará com os exames por fazer por falta de condições económicas para os realizar. Por último mencionou ser uma vergonha o que se estava a passar com o parque infantil e que as autoridades deviam ter uma maneira de tomarem conta dos vândalos que andam a estragar o mesmo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta ao senhor António Almeida, referiu que o conhecimento que tinha em relação à marcha lenta, é que o ponto de contração será em Vila Nova da Rainha e irá até Azambuja, seguida de uma concentração junto do Centro de Saúde de Azambuja. Por indicação do senhor vereador Rui Corça, informou que as pessoas que não entendam ir até Vila Nova da Rainha, podem concentrar-se junto do Centro de Saúde de Azambuja, sendo o horário às 17 H 30 m em Vila Nova da Rainha, portanto, por volta das 18 H 30 m estarão no Centro de Saúde de Azambuja. A falta de médicos é geral, pelo país todo e no concelho tem-se estado a sofrer bastantes reveses, pois reformaram-se uma série de médicos e não houve a sua substituição. No passado dia 31 de agosto reformou-se o Dr. Adriano que estava a fazer prestação de cuidados de saúde na freguesia de Manique, deixando toda aquela população sem médico de família. Informou que já teriam manifestado essa situação, que seria do conhecimento das autoridades que têm a responsabilidade de colocar médicos e que já teriam realizado também uma carta dirigida ao novo



Senhor Ministro a requerer uma audiência, para verem se as coisas podem ter algum encaminhamento de outra forma. Relativamente ao seguro de saúde, estariam a contactar três companhias de seguro para ver qual é o método e o que implica este plano de saúde para as pessoas. O parque infantil, concordou com as palavras que o senhor disse, sendo uma vergonha, pois quer a junta de freguesia, quer a câmara já repararam o parque infantil uma série de vezes e volta a ficar tudo partido. -----

----- Interveio a Senhora Rute Gueso, começando por agradecer e congratular por estarem presentes na sua aldeia e que era com muito gosto que receberia todos. Deixou uma pequena nota ao executivo da câmara, principalmente pelo facto do que se passou na última reunião de câmara. Referiu que enquanto munícipe que esteve presente, era de lamentar a falta de respeito entre as pessoas que estavam presentes, não achando que foi para isso que foram eleitos e não se revendo, espera não voltar a ver tamanha falta de respeito entre os vereadores. Pediu desculpa, mas sentiu-se ofendida pelas palavras que lá foram proferidas e não acha que haja necessidade, visto a política não ser isso. Mencionou a falta de alcatrão que a rua principal de Tagarro, a Rua Francisco Almeida Grandela, principalmente após o Largo 25 de abril têm, e que já era tempo de a câmara fazer um esforço de lhes dar a benesse de terem a rua alcatroada. No seguimento, seguindo para a Rua do Campo da Bola, a inexistência de passeios é notável e possuem valetas com grande profundidade onde já caíram pessoas, sendo necessário ter em atenção o perigo em que se encontra aquela passagem. Por último questionou o senhor presidente da câmara acerca de máquinas que se estavam a movimentar em Aveiras de Cima, junto à CLC, visto não existir lá informação do que se trata. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, referiu estar de acordo com as afirmações que a senhora Rute fez relativamente ao mau estado em que a estrada se encontra e que é uma situação que têm de resolver o quanto antes. Quanto à movimentação de terras em Aveiras de Cima, junto à CLC, indicou que andaram a endireitar o terreno, mas que não teriam direito de fazer qualquer tipo de movimentação de terras sem ter autorização da câmara e que iria saber o que é que se passa para depois dar nota. -----



V – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

----- ATAS -----

----- Foi informado de que tendo sido distribuídas aos senhores deputados da assembleia as atas relativas às sessões dos dias 28 de fevereiro, 30 de março e 28 de abril de 2022, passar-se-ia à sua votação. -----

----- Colocadas à votação, foram obtidos os seguintes resultados: -----

----- **Ata de 28 de fevereiro de 2022** – Foi aprovada. -----

----- **Ata de 30 de março de 2022** – Foi aprovada. -----

----- **Ata de 28 de abril de 2022** – Foi retirada. -----

----- INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS -----

----- O Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, começou por apresentar o seu regozijo por a assembleia se realizar na freguesia de Alcoentre, na localidade de Tagarro. Questionou o senhor presidente da câmara sobre qual será o futuro da Escola Almeida Grandela, nos termos do protocolo existente, visto a mesma ter sido recuperada pelo município e se encontrar a degradar-se devido à falta de utilização da mesma. Considera que é um edifício emblemático e com esforço e prescindindo de um direito patrimonial que é do município, no sentido da sua recuperação, acha que a câmara tem de pensar que aproveitamento vai dar ao mesmo. Referiu o problema crescente da ineficácia do serviço nacional de saúde no concelho de Azambuja, fundamentalmente por falta de profissionais. O senhor presidente da câmara, em resposta a um membro do público falou que houve clínicos que se reformaram, mas a reforma dos clínicos é previsível, portanto, exige planeamento e toda uma política para que haja a gestão dos recursos humanos. Estes recursos humanos são competência da administração central, do ministério da saúde, sendo difícil compreender por que razão surgem estes problemas, criando um dilema que não é fácil de resolver para o município, que por um lado não tem competências na área, mas sofre o impacto de que as pessoas querem recorrer aos serviços, porque têm direito a isso, sendo um direito constitucionalmente previsto. Mencionou que via com uma certa perplexidade o seguro de saúde, pois o município tem resistido e bem à transferência de competências da administração central para o município, nomeadamente na área da saúde, não percebendo porque é que se preocupam em estudar uma solução que ainda é mais cara do que aquela que resulta da transferência de competências, para além de ser minimalista como são todas

as apólices de seguro do país. Compreende que há um dilema, uma procura enorme e não há capacidade de resposta, mas não é ao município que cabe fazer esse tipo de tarefa, é exigir do poder central que cumpra a constituição e a lei, pois tem esse dever de o fazer e poderes para tal. Disse ser preciso muito cuidado às vezes com o tipo de soluções que se querem divulgar e que tem é de se cumprir a constituição, estando a CDU nesse caminho, da defesa e do serviço nacional de saúde. ----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, mostrando o seu desagrado pelo sucedido na última reunião do executivo, no dia vinte e sete em Vila Nova de São Pedro. Referiu que não seria com esses comportamentos que iriam chamar mais público para as reuniões, nem de executivo, nem de assembleias. Quando ocupou o lugar para o qual foi eleito, foi para fazer o seu melhor, com educação e respeito ao próximo e está convicto que também foi para com esse objetivo que todos os eleitores votaram no executivo. Afirmou esperar não vir a presenciar na assembleia a mesma linguagem e falta de respeito pelo próximo, que presenciou na referida reunião do executivo, pois não se revia em nada do que se teria lá passado. Disse querer falar com o senhor presidente da câmara, na presença das pessoas presentes, sobre o Bairro de Vale Judeus, perguntando em que ponto se encontra a situação de acordo com o Ministério da Justiça e a Câmara Municipal sobre a cedência do bairro ao município. A população de Tagarro e do restante Alto Concelho, está preocupada com os possíveis habitantes daquele bairro, falando-se que se projeta uma possível zona de habitação social e sabendo que se encontra ali um estabelecimento prisional de alta segurança com diversas nacionalidades, etnias, detidos. Outra questão que já teria sido oportunamente falada é a postura de trânsito em Tagarro. Expôs que a postura de trânsito iria demorar, como era do conhecimento geral, mas que era importante se conseguissem arranjar pelos menos uns sinais de STOP para obrigar os carros a parar, de forma a evitar que tenham uma situação muito desagradável para todos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta ao senhor deputado António Nobre, informou que estavam a tentar chamar de novo a Escola Almeida Grandela para a posse do município, para depois em conjunto com a Junta de Freguesia e com a freguesia de Alcoentre, darem uma utilização mais digna aquele edifício bonito que orgulha todos. Relativamente à questão dos médicos, referiu ser um assunto da ordem do dia, sendo um tema falado recorrentemente nos últimos tempos. Conforme já teria sido dito, no dia seguinte vai haver uma manifestação e tudo o que se possa fazer

em prol de se criar alguns movimentos de pressão são de salutar. Respondendo ao senhor deputado Carlos Fonte, informou que iria passar a palavra ao senhor Vice-Presidente, na questão do Bairro do Vale Judeus, por ser quem tem acompanhado esse processo de perto. Quanto aos sinais de STOP, as companhias de seguro depois tiram as responsabilidades para o lado, porque os sinais só têm validade se tiverem uma postura e um regulamento na sua aprovação, portanto, não adianta colocar sinais de STOP, adianta sim, avançar com a postura o quanto antes, para que não existam situações mais complicadas. -----

----- Interveio o Senhor Vice-Presidente António Matos, dizendo ao senhor deputado Carlos Fonte que não distinguem as pessoas entre azuis ou amarelas, ricas ou pobres, desta ou daquela etnia, existindo apenas pessoas. As pessoas que estão no primeiro direito são pessoas que habitam em Alcoentre, em Manique, são pessoas que atualmente vivem em situações degradantes, situações que não são de maneira nenhuma as situações em que se quer uma pessoa a habitar com dignidade. Para o primeiro direito o que estava pensado, era no Bairro do Oteiro em Alcoentre, perto da casa do antigo presidente da câmara, mas ainda não está muito por diante porque, entretanto, foi substituído o diretor geral dos estabelecimentos prisionais. Até aqui o encontro que tiveram de uma das formações que se fazem na penal em Alcoentre foi com a subdiretora, que disse que voltariam a conversar em setembro. Estão a pensar, onde existe habitação que se está a degradar e abandonada, tentar recuperá-la e dotá-la de condições, assim como o Bairro de Vale Judeus, para pessoas que possam vir trabalhar para a zona e também criar arrendamento acessível, por pensarem que vai haver um desenvolvimento muito grande entre Aveiras de Cima e Alcoentre e a zona não dispor de caminho de ferro. Informou que nas situações do primeiro direito já estavam a avançar mais e nesta estava mais atrasado por ainda estarem em negociações com a penal. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Cláudia Gomes do grupo PS, mencionando que gostava de fazer uma breve intervenção relativamente ao aniversário da Constituição, a primeira Constituição de Portugal, de 1920, que está a celebrar dois séculos de existência. Na altura a Constituição das Cortes, onde foi instituído todos os direitos, ou seja, foi a mãe da Constituição atual, foi aí que se consagrou a separação do poder legislativo, do poder executivo e que se começou a delinear a república atual. Destacou dois artigos que considera essenciais, sendo o primeiro, o artigo 13º “Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a Lei e o número 2 prevê que ninguém pode ser



privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território da origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.” e o segundo artigo, sobre epígrafe de participação na vida pública, artigo 48º “ Todos os cidadãos têm direito de tomar parte na vida pública e na direção dos assuntos públicos do país, direta ou indiretamente, por intermédio dos representante, livremente eleitos.”. Deu os parabéns ao executivo, pela iniciativa da presidência aberta, que faz com que as reuniões, além de há muito serem transmitidas através dos canais informáticos e as redes sociais, permite que os cidadãos se habituem a ter o seu presidente da câmara e seu executivo junto deles, e com isso possam ter um atendimento dentro das suas terras.

---- Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha, Gustavo Borda de Água do grupo PSD, informando que se iria dirigir diretamente ao senhor presidente da câmara na sua intervenção. Dentro de poucos dias completa-se o primeiro ano de mandato dos órgãos eleitos nas eleições legislativas de 2021, sendo portanto, o momento de se proceder ao balanço deste primeiro ano de mandato no que diz respeito à freguesia que tem honra de presidir. Mencionou que foi com elevadas expectativas, imbuído no espírito de cooperação com o executivo eleito para a câmara municipal que partiu para a missão que os aguardava, no pressuposto que os interesses da população estariam sempre acima dos jogos de interesses partidários. Foi nesse pressuposto que aceitou o repto da câmara municipal para que apresentassem uma lista de três obras que considerassem como prioridade para a execução na freguesia, as quais o senhor presidente teria informado que teriam prioridade de execução por parte da câmara no ano de 2022. Até à presente data e aproximando-se o final do ano, não tinha registado, nem vislumbrava qualquer iniciativa credível por parte da câmara para iniciar qualquer uma das obras listadas, passando a recordar as obras apresentadas de seguida. A substituição do piso de areia no parque infantil, obra prometida desde 2013 pelos anteriores executivos socialistas da junta. Rede pública de esgotos no Casal Novo, uma obra reivindicada pelos moradores desse local da freguesia há vários anos. Construção de uma sala multiusos para a resolução de uma grande lacuna existente na freguesia, atendendo à ausência de uma infraestrutura onde se possa desenvolver as atividades na área social e cultural com dignidade. Nas outras existem igual importância na freguesia, cujo tratamento e atenção na câmara se resume igual a zero, como a requalificação do Largo D. Nuno Álvares Pereira, colocação de lombas

na estrada da Escola EB1 de Vila Nova da Rainha e limpeza dos jacintos do rio Ota. Lamentou que vossa excelência, durante este primeiro ano de mandato, tenha feito tão pouco por uma freguesia que contribui significativamente para a receita camarária com largos milhares de euros, como foi o caso relativo da construção da Áquila, não tendo daí resultado qualquer mais-valia ou compensação para a freguesia, nem mesmo a prometida requalificação para a Avenida Gago Coutinho. Relativamente à recente distribuição da verba concedida ao município pela EDP Renováveis no montante de 120 mil euros, como compensação de passagem de postes e fios de alta tensão pelo município, relacionada com a construção de uma central fotovoltaica no município de Alenquer, disse que o montante não lhe pareceria justo. Questionou qual era a explicação para esse montante atribuído pela EDP Renováveis. Expôs continuarem a acreditar que as obras em falta referenciadas, sejam objeto de melhor atenção e execução por parte de vossa excelência, em termos de médio e curto prazo, porque os munícipes residentes na freguesia têm esse direito. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, respondendo ao senhor presidente de junta, informou que quando pediram que enunciassem as obras, tinham intenção de as fazer e continuam a ter. A requalificação do Largo Nuno Álvares Pereira, estão a ver se conseguem arranjar verba para a realizar, as lombas disse ser uma coisa simples e a limpeza dos jacintos também estão a ver se conseguem arranjar verba para começar a limpar aquele espaço antes do inverno. Relativamente à requalificação da Avenida Gago Coutinho, relatou ser um projeto ambicioso, que orça em cerca de 300 mil euros e têm de arranjar verba para a realizar. Os critérios de atribuição do montante por parte da EDP Renováveis, foram definidos pelo executivo e pela própria empresa. -----

---- Interveio o Senhor Deputado Firmino Amendoeira do grupo BE, mencionando que é um orgulho voltar à terra onde passou a infância e voltar a ver gente que ainda conhece. Queria fazer uma pergunta ao senhor presidente da câmara, relativamente ao parque de jogos da Escola Secundária. Na primeira assembleia após a obra, teria levantado a questão de que o piso precisava de ser refeito porque está torto e tem poças de água, ao que lhe foi respondido que iam ser feitas obras na altura das férias grandes, porém houve a obra, mas o piso continua com poças de água, porque naquele espaço não foi feito nada. Questionou porque é que foi só aquela faixa que tinha ervas que foi retirada e arranjada e a parte do campo de jogos, onde existem as poças de água, ficou como estava antes. Em relação à questão dos seguros, referiu ter levantado essa questão na reunião da comissão de

saúde, que é na ânsia de se ter médico de família, vai-se ajudar a distribuir o serviço nacional de saúde em vez de se exigir a quem se elegeu que cumpra a lei. Informou não estar de acordo com a questão do seguro e que a saúde não é para tirarem o chapéu a quem está no poder, é para protestarem, se for necessário, com quem está no poder. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, António Torrão do grupo CDU, perguntou ao senhor presidente da câmara para quando o início ou o lançamento do concurso do cemitério da vila de Aveiras de Cima, visto estar numa situação muito complicada. Outras questões que tinha, eram referentes a cinquenta e quatro pedidos que tem ao município de Azambuja e que já ultrapassaram todos, sendo algumas situações de rápida resolução. Informou que o pedido mais antigo tem 1131 dias, correspondendo ao ano de 2017. Na presidência aberta na freguesia de Aveiras de Cima, teriam visto algumas questões, sendo uma delas, onde vai ser o futuro parque de estacionamento em Aveiras, que se prendia com questões de higiene, porém, nada foi feito até à data, não sendo um bom espelho para a freguesia, para quem vai à restauração em Aveiras. Quanto à requalificação da Rua da Arameira, referiu que têm um projeto com mais de trinta anos e que, apesar do alcatrão ter chegado, a obra não tem andado, com a desculpa de que não há dinheiro. É uma zona onde circulam centenas de veículos por dia, perto de uma escola, onde se está a construir o quartel da GNR e da Cruz Vermelha e ainda uma zona de habitação, não fazendo sentido a rua estar naquele estado. Questionou para quando as situações serão resolvidas. -----

----- Em resposta ao senhor deputado Firmino Amendoeira, o Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, informou que o parque da Escola Secundária teve uma segunda intervenção porque era necessário, visto terem rebentado lá um conjunto de ervas. Relativamente às poças de água, disse que iriam ver a situação, para ver o que se pode fazer. Ao senhor presidente de junta, António Torrão, disse que o início do cemitério de Aveiras de Cima acontece assim que existirem condições, e que sabiam que as coisas estavam complicadas, quase em termos de rutura. Mencionou a importância de se fazer o levantamento das ossadas, onde se pudesse fazer, para terem terreno livre para enterrar. Relativamente ao parque de estacionamento que está degradado, referiu que estão a desenvolver um projeto para ver se o conseguem realizar no próximo ano. A Rua da Arameira tem um projeto, no valor de 900 mil euros e para que todas as pessoas fiquem com esse conhecimento, o senhor presidente da câmara informou que no mandato anterior, investiram 2 milhões de euros



em Aveiras de Cima, no que diz respeito a alcatroamentos e que pensava que nenhuma freguesia tivesse sido bafejada tanto como a freguesia de Aveiras de Cima. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, mencionando que voltavam a falar acerca da situação de conflito de interesses existente, na sua opinião e não só, entre funcionários da Câmara Municipal de Azambuja e simultaneamente deputados municipais. No dia 28 de abril de 2022, constataram uma situação de conflitos de interesse e, entretanto, trocaram vários emails com a senhora presidente da assembleia municipal. No dia 3 de junho de 2022, receberam a resposta ao pedido de esclarecimento e parecer jurídico. Parecer esse à partida enviado, porque é proveniente de um gabinete de advogados que trabalha com a autarquia, e neste momento não está a ser cumprido o que lá está definido na página 8, 3º ponto – conclusões, alínea g). No dia 16 de agosto enviaram novo email à senhora presidente da assembleia municipal e não obtiveram resposta até ao dia presente. Alguns emails foram enviados para os senhores deputados, outros não, não entendendo esta tomada de decisão. A senhora presidente da assembleia municipal teria referido que tinha pedido parecer à Associação Nacional das Assembleias Municipais, cuja recomendação de adesão foi votada e aprovada pela assembleia municipal numa reunião extraordinária realizada dia 30 de março. No dia 19 de agosto do ano corrente, saiu uma notícia sobre esta situação na revista Sábado, e o que pretendem saber é se foi enviado parecer à Associação Nacional das Assembleias Municipais e caso tenha sido enviado, porque é que não lhes foi dado a conhecer. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Alexandre Grazina do grupo PS, referindo que com início no passado mês de julho, terminará no próximo mês de outubro o programa artéria, uma iniciativa da câmara municipal em colaboração com as juntas de freguesia, coletividades locais e CIMLT. Este programa diversificado proporcionou aos munícipes do concelho e a quem o visitou, um contacto direto com os diversos estilos de música, arte, cultura, folclore e tradições. Deu a conhecer igualmente algum do património histórico edificado nos locais onde se realizaram alguns dos espetáculos. Mencionou ser importante realçar que além dos artistas e grupos, alguns deles, nomes da primeira linha do panorama nacional musical, foi também uma oportunidade para se ver ou rever alguns talentos do concelho, onde há já alguns anos iniciaram o seu percurso nas escolas de música e bandas filarmónicas do concelho, escolhendo como profissão a música. Alguns são hoje músicos, intérpretes, professores e maestros, lecionando em escolas e conservatórios, ou elementos de



bandas ou grupos de música popular, erudita, rock, jazz ou coral. Por esta iniciativa e pelo que seguramente contribuirá para a diversão e enriquecimento cultural dos munícipes e para a integração daqueles que escolheram o município para residir, felicitou a câmara municipal. Realçou duas iniciativas importantes de âmbito cultural, gastronómico e turístico, que vão ter início em outubro, da responsabilidade da câmara municipal, juntas de freguesia, comércio, coletividades e instituições locais. A Gula e Azambuja Terras do Torricado, que movimentará a população do concelho e atrairá novos visitantes com reflexo na economia local. Deu igualmente nota, à atividade desenvolvida pelas coletividades, com destaque para os ranchos folclóricos e bandas filarmónicas, que durante o período entre a primavera e o verão calcorream o país, levando consigo a cultura e tradições do concelho. Dos clubes desportivos que já iniciaram nova época e que na anterior alcançaram resultados de relevo, com obtenção de subidas de nível competitivo, lugares de pódio a nível regional, nacional, internacional, possibilitando a integração de alguns atletas dos clubes do concelho nas respetivas seleções nacionais em algumas modalidades, nas mais importantes provas do calendário europeu e mundial, com destaque para o troféu fair play, atribuído pela IPDJ, conquistado por um clube do concelho. A educação é um exemplo flagrante da incapacidade dos sucessivos governos, de resolverem problemas há muito identificados e que ao longo das décadas não têm sido resolvidos, quer por falta de coragem e compromisso político, ou por incapacidade para a sua resolução, por isso, tem sido muitas das vezes, as autarquias em colaboração com os agrupamentos a resolverem ou minimizarem os desafios que a educação coloca. Deixou a sua satisfação pela dinâmica existente na UTICA, a universidade sénior, que tem sido muito importante para todos os que a frequentam, dando-lhes vida, novos conhecimentos e o prazer enorme em continuar a aprender. Realçou também a adesão da população mais sénior ao programa Paft e deu os parabéns ao executivo pela reabertura do Museu Municipal Sebastião Mateus Arenque. Por último deixou uma palavra de gratidão e agradecimento a todos os autarcas, dirigentes associativos, desportistas, músicos, artistas e figuras da cultura que têm contribuído com o seu saber, esforço e dedicação para o engrandecimento, valorização e dignificação do concelho de Azambuja. -----

----- O Senhor Deputado Rodrigo Conceição do grupo PS, em resposta à senhora deputada Maria de Fátima Pinto, informou que de momento não era sabedor de alguma informação que possa ter vindo



da Associação Nacional de Assembleias Municipais, mas se, entretanto, a senhora presidente chegar, poderá dar essa informação. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Marta Diniz do grupo CDU, começando por sublinhar o papel e importância que exercem os trabalhadores do concelho e que muitas vezes acabam por ser esquecidos, não só pelo executivo municipal, mas também pelas forças políticas presentes na assembleia municipal. Salientou que os trabalhadores do polo logístico de Azambuja têm estado em luta todo o verão e na assembleia municipal nunca se ouviu uma palavra dirigida às lutas que foram desenvolvidas pelos mesmos. Estes trabalhadores informaram que foram desligadas as luzes dos corredores de determinadas áreas dos armazéns, apenas podendo ser ligadas com autorização da respetiva chefia, o que pode dar origem a acidentes de trabalho. Também no verão, as temperaturas na rua rodam os 40°C, no entanto, nos armazéns mais altos e que têm menos capacidade de reter a temperatura, acabam por rondar os 48°C e nesse sentido, os trabalhadores têm de trabalhar com essas temperaturas, em que muitas vezes não existe qualquer ventilação e também a água que lhes é dada está fora de prazo, ou seja, foi encontrada fora de prazo. Mais do que isso, alguns trabalhadores foram também chamados aos recursos humanos para lhes perguntarem porque é que faziam greve, sendo uma clara tentativa de limitação de um direito que é constitucionalmente protegido. Relativamente à educação, questionou se todos os professores se encontram colocados, se existem turmas sem professores, se existem condições materiais para que todos os alunos consigam ter aulas de forma eficaz e se existem profissionais de ação técnica educativa suficientes para se ter um bom ambiente escolar. Por último, referente à obra que está a ser realizada na estrada principal de Azambuja, perguntou se os comerciantes irão sair prejudicados com a mesma e se terão direito a algum tipo de compensação, visto terem demonstrado que estão a ser prejudicados devido à diminuição de clientes. -----

----- O Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, mencionou que perante a crise dos preços de energia, estariam todos calmamente sem olhar para o futuro ou a pensar num futuro daqui a trinta anos, sem saber o que é que se vai passar daqui a seis meses. Perguntou se já estava previsto alguma medida que tenha em conta a brutal rutura energética que vai acontecer na Europa, visto o concelho ter uma bomba atómica chamada CLC e se falar em racionamento de energia e blackout por toda a Europa. De seguida referiu que no final da primavera foram eleitas as comissões da assembleia e a



Comissão de Planeamento Estratégico e Atividades Económicas, a que pertence, ainda não tinha reunido. Disse que esta comissão trata de coisas, como o PDM e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica e continuavam a votar a conta gotas nas assembleias reconhecimentos de interesse público, sem que haja um plano geral e qualquer discussão acerca disso. Relativamente ao serviço nacional de saúde, disse que o sistema está em completa falência e que não funciona, contrariamente ao que se passa na Alemanha, França, Holanda, República Checa e Países Escandinavos. Expôs que os seguros de saúde são fundamentais para completar o serviço nacional de saúde e que o estado é que tem de assegurar que os utentes tenham acesso a saúde gratuita. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, afirmando que o senhor deputado José Navarro não tinha razão e que os seguros de saúde não são solução para esta situação. As experiências onde eles efetivamente existem, não serve sequer para comprovar o falhanço total no período de pandemia, em que se não tivesse sido o serviço nacional de saúde, não se teriam safado.

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta à senhora deputada Marta Diniz quanto à questão da colocação de professores, informou que falta colocar sete professores em Azambuja, um em Aveiras de Cima e um em Manique do Intendente. Relativamente à falta de pessoas nas escolas, as mesmas cumprem os rácios, porém uma das queixas que as senhoras diretoras tinham dado conhecimento é que uma grande parte das pessoas se encontram de baixa. A obra da rua principal de Azambuja, até à Caixa Agrícola está pronta antes do Natal e depois irão tentar ser céleres. -----

----- O Senhor Deputado Rodrigo Conceição do grupo PS, em resposta à intervenção do senhor José Navarro, no que respeita às comissões especializadas permanentes e como coordenador da Comissão de Saúde, Ação Social, Habitação e Cidadania, informou que já tinha sido realizada a primeira reunião da mesma e que tem conhecimento de outras reuniões marcadas. -----

----- A Senhora Deputada Maria João Canilho do grupo PSD, mencionou que todos tiveram oportunidade de participar numa sessão de esclarecimento sobre as obras de requalificação em Azambuja, onde foi dito, que se iria tentar manter, sempre que possível, a informação atualizada no site da câmara municipal. Porém a informação não está atualizada e todos os dias são questionados acerca dos prazos, quais as ruas que vêm a seguir, pelo que seria de interesse para todos que essa informação fosse atualizada no site e quais são os prazos pensados para as próximas fases da obra.

Em relação à saúde, disse que tinha participado na reunião da comissão da saúde, onde ouviram o senhor presidente falar sobre um conjunto de questões que estão a ser exploradas para minorar os problemas da saúde no concelho. Referiu que acima de tudo e políticas à parte, o que interessa neste momento é resolver o problema de as pessoas não terem acesso à saúde, só querendo saber que estão a defender os interesses das pessoas que os elegeram. Na reunião da comissão uma questão que foi levantada e colocada ao senhor presidente tem que ver com o transporte das pessoas para Benavente e para a Póvoa, e o senhor presidente disse que teria de falar com ambas as unidades de saúde para se perceber se havia um dia específico e quais os horários possíveis de fazer. Questionou o senhor presidente se o contacto já foi feito, se já tinham ou não transporte. Em relação ao protocolo, foi falado também do protocolo com a Cruz Vermelha e não sabe se é a isso que se refere quando fala dos seguros. Perguntou como é que funciona, o que é que o município paga, o que é que as pessoas têm de pagar. Mencionou ser importante que as pessoas percebam o que é que está a ser feito, neste momento há um conjunto de boas intenções, mas é preciso saber quais foram os contactos feitos e as respostas obtidas. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Horácio Ribeiro do grupo PS, informando que a reunião da comissão da qual é coordenador irá reunir no dia seguinte e que todos os senhores deputados têm essa informação. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, mencionando que acha ter a solução para uma questão posta por outro grupo. Na questão das incompatibilidades, o parecer que foi encomendado ao escritório de advogados que trabalha regularmente com a câmara municipal, deu um parecer favorável ao cliente. Esse parecer tem duas informações substanciais, uma é que elenca uma série de nomes de deputados do partido socialista que são funcionários da câmara, que é cerca de metade do grupo municipal do partido socialista e outro é que as incompatibilidades devem ser vistas em concreto. Não dispondo da informação, de o concreto, é fácil de resolver, se antes de cada ponto da ordem de trabalhos, os senhores deputados que são funcionários da câmara disserem por sua palavra de honra que não têm nada a ver com o assunto que vão tratar, porque senão, não se sabe em concreto se estão envolvidos ou não. Referiu ter ficado com uma dúvida em relação à discussão, que é, se para ser funcionário da câmara é necessário ser membro do partido socialista, ou o partido socialista recruta os seus militantes entre os funcionários da câmara. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Cláudia Gomes do grupo PS, respondendo ao senhor deputado José Navarro, que pelo que sabe, não é necessário. Para entrar para a função pública é necessário prestar provas nos concursos públicos. Afirmou que já era militante do partido socialista desde a juventude socialista. -----

----- O Senhor Deputado Firmino Amendoeira do grupo BE, começou por dar os seus parabéns ao senhor deputado Horácio Ribeiro por ter sido o primeiro coordenador de todas as comissões a marcar uma reunião. Esclareceu que a reunião da comissão de saúde teria sido solicitada pelo próprio à senhora presidente da assembleia municipal. Referiu não perceber a questão das incompatibilidades no grupo da assembleia municipal, entendendo em que poderá haver casos em que haja, mas não se pode ver todos da mesma forma. Disse que o fazia lembrar a pessoa que se opôs e muito bem à forma como se tratavam os membros do executivo e depois não se preocupou em respeitar todas as pessoas que possam concorrer a casas de habitação social. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, dizendo que não gostaria de deixar passar em claro esta questão das supostas incompatibilidades. A lista do partido socialista passou por um processo eleitoral onde houve a entrega das candidaturas, que foram objeto de aprovação pelo juiz da comarca. É verdade que há uma coincidência entre o número de deputados funcionários da câmara e a recomendação que fez em nome da CDU foi, o partido socialista se preocupar nas próximas eleições em procurar dotar a sua bancada ou os seus candidatos por molde a que haja repartição mais alargada entre funcionários e não funcionários. No caso de existir algum problema que envolva algum melindre dessa natureza, pode haver algum ato concreto que a assembleia tenha de deliberar e possa suscitar um impedimento, podendo também suceder com outros membros da assembleia que não sejam funcionários do município. O código do procedimento administrativo prevê como é que isso realmente se processa, tal como o próprio regulamento da assembleia municipal e a lei das autarquias locais. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, dizendo ao senhor deputado Firmino Amendoeira que quando referiu nacionalidades e etnias foi por uma questão de segurança, tanto que frisou um estabelecimento prisional de alta segurança. A questão que teriam falado sobre o parque infantil, que tem vindo a ser vandalizado semanalmente e que traz encargos a todos, e que estariam preocupados e referenciaram a segurança de um estabelecimento prisional de alta



segurança, sendo aí o ponto fulcral. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Firmino Amendoeira do grupo BE, que em resposta ao senhor deputado Carlos Fonte, declarou que quando se referem às pessoas que vandalizam parques infantis, não dizem que foi a etnia A, B ou C. Disse que o que teriam de fazer neste caso não era evocar raças ou etnias, mas sim exigir da câmara e do ministério da administração interna que implante uma verdadeira segurança no concelho. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Vera Braz, cumprimentou todos os presentes e em casa e afirmou que ficou muito contente por ver a quantidade de público que a assembleia tinha presente, frisando que era o que queriam quando fazem assembleia descentralizadas, que o público esteja presente, participe e se envolva na sua freguesia e concelho. Mencionou que, infelizmente continuam a perder tempo com a questão dos funcionários e da incompatibilidade ou não existente com as suas funções enquanto funcionários municipais e enquanto deputados municipais, sendo sinal que se calhar não há outras preocupações para determinados grupos políticos quanto ao município. O assunto está esclarecido, em caso contrário, há de chegar comunicação por escrito por parte de algum tribunal para a assembleia municipal. Em termos de pareceres, informou que têm o que a câmara solicitou e um parecer da Associação de Trabalhadores da Administração Local, que confirma o mesmo e por isso é que não foi solicitado nenhum parecer à Associação Nacional de Assembleias Municipais. Quanto ao email que a senhora deputada Maria de Fátima Pinto referiu que não teria sido respondido em agosto, deixou a nota que o pedido feito à assembleia municipal por parte do partido CHEGA, foi informação das funções desempenhadas por cada um dos senhores deputados municipais que são simultaneamente funcionários da câmara e esse email foi respondido. A 11 de agosto voltou a dizer que a resposta já tinha sido dada e a 16 de agosto a senhora deputada Maria de Fátima Pinto voltou a enviar novo email, ao qual não respondeu porque teria questionado qual era a informação que estava e falta e não foi respondido. Questionou a senhora deputada Maria de Fátima Pinto sobre qual é a informação completa que pretende. Disse que o que reitera é, se o partido CHEGA considera que há incompatibilidade e continua a achar que os pareceres que existem não estão corretos, que sigam para instâncias superiores. Naturalmente que os senhores deputados municipais que são funcionários do município, jamais passará pela cabeça de alguém que intervirão numa discussão, aprovação de um documento no qual tenham tido a sua participação, e quanto a



terem de enunciar ou não antecipadamente a discussão de cada documento, mencionou que são todos adultos e responsáveis e todos foram eleitos de igual forma, estando todos na assembleia para a defesa do município. Existe esse dever, essa responsabilidade, cada um dos senhores deputados tem conhecimento das suas funções, para as quais foi eleito, da incompatibilidade que têm e, portanto, caberá a cada um agir em conformidade. Quanto ao partido socialista, assim como qualquer outro dos partidos que estão representados na assembleia municipal, cada partido é livre para escolher os seus candidatos e seus participantes nas listas que foram eleitas e cabe à população, no caso de Azambuja, votar ou não na lista que foi candidata. Expôs que seria a última vez que se iria referir quanto à questão da incompatibilidade, a não ser que chegue mais alguma informação adicional que justifique e que volte a colocar em causa a referida situação. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, mencionando que o email que teriam enviado foi datado de 22 de junho, e a senhora presidente da assembleia municipal informou que como o senhor cessou funções a 30 de junho, não iria responder, portanto, o prazo em que enviaram o email a solicitar informação é antes do término das funções. Referiu que foi a senhora presidente da assembleia municipal que disse que ia pedir um parecer à Associação Nacional de Assembleias Municipais, portanto, o último parecer que falou, se o recebeu, já tinha obrigação de o enviar a todos os senhores deputados. Irão até ao fim e lamenta que estejam a ser acusados de certas coisas que não foram só os representantes do partido CHEGA que falaram. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Vera Braz afirmou que não estaria a acusar de absolutamente nada. Informou todos os senhores deputados que irá distribuir o parecer recebido da Associação de Trabalhadores da Administração Local, que confirma a inexistência de incompatibilidade. Quanto à questão do senhor deputado Alexandre Grazina, se de 26 para 30 de junho poderá fazer diferença quanto à participação do mesmo na assembleia municipal e à sua simultânea função enquanto funcionário, disse que irá enviar a informação para todos os senhores deputados. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta à senhora deputada Maria João Canilho disse que iriam perceber se a atualização do site sobre a obra está atualizada ou não e caso não esteja irão atualizá-lo. -----

----- A Senhora Vereadora Ana Coelho informou que, relativamente à pergunta que fez a senhora



deputada Maria João Canilho, no que diz respeito ao transporte, já tinham reunido com a diretora executiva Dr.ª Sofia Theriaga, que ficou de assegurar, tanto num posto como no outro, o número de vagas e em que dias os utentes de Azambuja teriam, para depois se poder articular o transporte. ----
---- Foi realizado um intervalo de dez minutos. -----

VI – ORDEM DO DIA -----

---- Ponto 1 – Atividade Municipal – Período de 04 de junho de 2022 a 09 de setembro de 2022 ----

---- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, referindo que na página 3, no código 02.01.02 – Revisão do PDM, gostariam de saber o que significa conclusão da análise da Proposta de Revisão do Plano. Na página 5, ponto 06.01.02 – Ação Social Escolar, preparação e organização referente ao fornecimento de suplementos dos alunos com escalão 1, 2 e 3, pensa que será escalão A, B e C. Na página 6, ponto 06.02.03, relativamente às viagens do Zambujinho, esta atividade iniciou-se no nosso concelho há 15 anos, sendo rotas representativas de todas as freguesias do concelho, que proporcionam um conjunto de experiências, de convivências e da exploração das características próprias de cada local. No presente ano, a câmara municipal atribuiu a cada agrupamento de escolas oito rotas para os alunos do 1º ciclo, independentemente do número de turmas de cada agrupamento, não lhes parecendo correto criar esta desigualdade entre alunos, pois todos têm necessidade de conhecer diferentes realidades do concelho. Deu um exemplo simples, em que um agrupamento com doze turmas, oito turmas fazem uma rota e quatro ficam impossibilitadas. Apelou para que fosse feito um esforço, visto o ano letivo ter começado há menos de um mês, para que ouvissem todos os agrupamentos e contemplassem todas as turmas, sabendo que há turmas que até devido ao reduzido número de alunos, poderão se juntar e fazer só uma rota. -----

---- O Senhor Deputado Municipal Carlos Fonte do grupo CHEGA, mencionou que na página 19, na rubrica 12.01.01 – Apoio a Coletividades e Instituições, têm nove coletividades e instituições, filarmónicas, ranchos folclóricos, associações, que é o caso desta, e via uma diferença de atribuição que foi ao Centro Cultural Recreativo dos Casais de Britos, numa rubrica de 500€, enquanto que as outras receberam todas uma tabela de 1000€. Questionou quais são os critérios de atribuição dos valores, porque por exemplo, a casa onde estavam tem feito diversas atividades, inclusive fez a festa



anual que já não era realizada há algum tempo, recebeu 1000€. Os ranchos folclóricos têm fardas, as filarmónicas têm instrumentos, têm afinações, todos receberam 1000€ e há uma que recebeu 500€. Na página 6, disse não perceber o que lá estava e que gostava que lhe explicassem que processo é o treze. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta à senhora deputada Maria de Fátima Pinto, disse que era um engano, e que era A, B e C em vez de 1, 2 e 3. Relativamente ao PDM, pediu ao Senhor Arquiteto Paulo Natário que desse uma amostragem do que é que quer dizer essa questão. Na questão do Zambujinho, irão ver se são capazes de ir ao encontro daquilo que solicitou. Ao senhor deputado Carlos Fonte informou que iria passar ao Senhor Vice-Presidente para responder à questão do apoio a Coletividades e Instituições. Quanto ao processo número treze, pensava que estava relacionado com uma situação de uns caminhos que tinham arranjado junto à Triaza, mas depois confirmava. -----

----- Interveio o Senhor Vice-Presidente António Matos referindo que no que diz respeito aos apoios, os mesmo são pontuais e que há vários tipos de apoio. Estes são apoios pontuais, sendo que conseguimos apoiar 1000€ a cada coletividade e depois todo o outro apoio logístico que é enorme e que representa imenso dinheiro e trabalho do município para que tudo isto seja possível. Aquela recebeu 500€, porque existe uma relação muito boa com todas as coletividades, de proximidade e séria, e era quanto lhes bastava e foi quanto pediram, portanto, não foram castigados, foi-lhes dado o que pediram. No que diz respeito às viagens do Zambujinho, há equipas escassas e faz-se essas viagens do Zambujinho, mas os serviços educativos do museu vão muito mais longe do que isso. As turmas do 2º e 3º ciclo já marcaram para os serviços educativos do museu, tendo já calendarizado vinte e quatro. Afirmou que iam ao 1º ciclo e muito mais, assim como há outras atividades que não apenas o Zambujinho e que um dia poderia juntar, para perceberem o quanto os serviços educativos do museu e não só trabalham. São oito rotas, poderia ser com uma equidade diferente, mas irão perceber essa equidade para ser mais justo, porém muito mais que os vinte e quatro não é possível.

----- O Senhor Arquiteto Paulo Natário informou que a análise que se fez à proposta de plano de revisão do Plano Diretor Municipal, teve a ver com uma análise fina do conteúdo do plano, por



exemplo, a concordância de números e de género, se numerações de quadros estão corretas, se a linha está bem delimitada, portanto, questões de pormenor. -----

----- **Ponto 2 – Adenda aos Contratos Interadministrativos com Juntas de Freguesia** ----- **P 53/P/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio informou que, nas conversas com as freguesias, se teriam comprometido a dar uma verba de 5% para ter início em janeiro, com efeitos retroativos a partir de janeiro de 2022. Embora pese que irão entrar numa fase da construção do plano de atividades e orçamento para 2023, irão também reatar as conversações com as freguesias para reajustar e ver se conseguem, em algumas situações, ir ao encontro das pretensões dos senhores presidentes de junta. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, mencionando que havia uma situação pouco clara, que era os contratos interadministrativos com juntas de freguesia terem sido celebrados no dia 4 de janeiro de 2021, e que o que iriam votar em outubro, iria ter efeito a 1 de janeiro de 2022. Referiu que a Lei n.º 75/2013, no artigo 129º diz, o período de vigência do contrato coincide com a duração do mandato do órgão deliberativo do município, e tendo existido eleições no dia 16 de outubro de 2021, os mesmos teriam ficado caducados e iriam fazer uma adenda a contratos caducados. Seria certo que os contratos podem ser prolongados durante um prazo de seis meses, num período de transição, mas contratos celebrados dia 4 de janeiro de 2021, caducaram automaticamente dia 26 de setembro de 2022, e estavam em outubro de 2022 a aprovar uma disposição que vai entrar retroativamente em vigor dia 1 de janeiro de 2022. Disse que lhe parecia confuso e que gostava de ficar esclarecido, porque esta situação poderá chegar ao Tribunal de Contas e voltar para trás, fazendo os presidentes de junta devolver o dinheiro. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, referindo que sobre este ponto estava mais à vontade para falar porque não é presidente de junta. É certo que não é obviamente correto, do ponto de vista das finanças públicas que haja uma dilação tão grande entre o início de aplicação dos efeitos destes contratos e a sua aprovação formal, quando já estamos entrados no último trimestre do ano. Isto causa, com alguma certeza, alguns esforços de tesouraria, pois obrigam a alguma ginástica financeira, que vai transmitindo da câmara para as freguesias que não têm atempadamente a receita financeira que esperariam e na altura própria. A câmara quando

confrontada com este tipo de contratos deve ter essa perspetiva de que as juntas de freguesia devem saber com o que podem contar. Não deixou de revelar, o esforço no sentido de que houvesse incremento neste tipo de contratos em benefício das freguesias, mas que ainda seria pouco, porque como teriam ouvido alguns senhores presidentes de junta, existe um conjunto de situações que já se vêm arrastando no tempo e que têm de ser resolvidas. Referiu que algumas até com premência, como o caso do cemitério de Aveiras de Cima, que é um investimento que tem de ser realizado tempestivamente. Em relação ao Alto Concelho, mencionou que estava carente e que ainda não tinham visto um olhar atento para o mesmo. Chamou à atenção do senhor presidente, de que o Alto Concelho é uma área do concelho que tem enorme potencial e que está desaproveitada, podendo dar até um novo ânimo à economia do concelho. O Palácio de Manique precisa de ser recuperado, pois é um elemento patrimonial de excelência que nem todos os concelhos possuem. A Administração Central tem responsabilidades e também tem de dar a sua colaboração, mas é necessário pressionar, no sentido de olharem para o Palácio de Manique, elemento patrimonial tão importante e o outro conjunto que efetivamente o envolve, que necessita de ser resolvido. Quanto aos contratos, têm de ser obviamente melhorados e dar condições às freguesias para exercer as competências que aceitaram receber e fazê-las condignamente, para que não haja aquelas queixas que às vezes o público aqui vem trazer. -----

----- O Senhor Deputado Firmino Amendoeira do grupo BE, mencionou que iria fazer uma pergunta dirigida aos senhores presidentes de junta. Aquando do acordo de 5%, a inflação estava a 2% e agora não está, por isso a junta vai gastar mais dinheiro do que gastaria na altura. Questionou os senhores presidentes de junta se estavam satisfeitos com os 5% e caso não estejam o porquê de terem assinado o acordo. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, referiu que em devida altura, o partido CHEGA, propôs um aumento de 20% nesta matéria, mas que a câmara municipal teria entendido ceder-se aos 5%. Comprovou-se que o partido CHEGA tinha razão, porque a inflação subiu, e continuam a achar insuficiente. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, António Torrão do grupo CDU, referindo que achavam pouco e que queriam logo 20%, porém a câmara teria dito que só podia dar 5% por cada ano de mandato. Os contratos interadministrativos e os protocolos estão assinados,



isto são adendas aos contratos para se receber os 5%. Quando acordaram, não sabiam que iria existir uma guerra e que a inflação iria disparar, e que em novembro irão ter orçamento e vão ter em linha de conta que os 5% são pouco. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio transmitiu a todos os senhores deputados, que os contratos não foram denunciados por nenhuma das partes, como tal, mantinham-se em vigor, assim como as adendas, conforme informação jurídica que dispõem. Em resposta ao senhor deputado António Nobre, relativamente ao apelo para a defesa do Alto Concelho, disse que no dia seguinte se iria concretizar mais um velho sonho do Alto Concelho, o Mercado Municipal de Manique do Intendente. Em relação ao palácio, comunicou que já teriam reunido, com conhecimento do presidente da junta, com o subdiretor Nacional do Património do Estado, o Arquiteto Marcos dos Santos e que o mesmo se encontra disponível, bem como os serviços que representa, para em conjunto com a câmara e a junta de freguesia, consolidarem a fachada do mesmo. Para conhecimento de todos os senhores deputados, informou que tinham ido à Administração Central, porque foi cortado ao município um fundo de 300 mil euros e que ainda continuavam à espera de saber uma razão plausível para tal. Relativamente à intervenção do senhor deputado Carlos Fonte, referiu que 20% seria impensável e que os 5% se irão manter ao longo do mandato, chegando ao fim do mesmo com 20% que vai ao encontro daquilo que os senhores deputados propuseram. Ao senhor presidente da junta, António Torrão, disse que também queriam receber mais e ter uma relação mais próxima com a Administração Central, como todos os senhores deputados têm com a câmara e que irão tentar melhorar os contratos interadministrativos e os acordos de transferência para as juntas de freguesia, numa proporção justa e que seja enquadrável para a câmara poder suportar os encargos. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Firmino Amendoeira do grupo BE, clarificando a pergunta que teria feito, porque o que teria perguntado não era se os presidentes de junta queriam mais, mas se achavam que os 5% satisfaz para assumirem os compromissos que têm para com os seus fregueses.

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 9 (6 PSD, 2 CH e 1 BE) | Favor: 19 (12 PS, 5 CDU e 2 PSD) -----

----- **Aprovada por maioria.** -----

----- **Ponto 3 – Adenda aos Acordos de Transferência com Juntas de Freguesia** ----- P 54/P/2022

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, referindo que consideravam insuficiente e que o seu voto seria de abstenção. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 9 (6 PSD, 2 CH e 1 BE) | Favor: 19 (12 PS, 5 CDU e 2 PSD) -----

----- **Aprovada por maioria.** -----

----- **Ponto 4 – Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica 2050** ----- P 55/P/2022

----- Interveio a Senhora Deputada Maria João Canilho do grupo PSD, apelando ao bom senso do senhor presidente da câmara, pois a proposta tem uma complexidade tremenda. O documento apesar de pronto há algum tempo, só foi entregue na semana anterior, e não há tempo, os senhores deputados não são especialistas na matéria e acha que dada a importância do documento, seria importante toda a assembleia ter uma sessão de esclarecimento com a empresa que elaborou o documento, bem como também ser alvo de uma apreciação na comissão especializada a que diz respeito. -----

----- O Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, relativamente à proposta, referiu que não era pelo volume da matéria que iria transcrita no documento que lhes tinha sido enviado para discussão e aprovação, mas que o documento tinha uma matéria que não deixava de ser polémica. Mencionou que o documento exigia uma profunda análise e um esclarecimento, por que razão é que a câmara entenderia submeter à assembleia municipal a aprovação do mesmo. Parecer-lhe-ia que a câmara tinha de dar uma explicação mais fundamentada, apresentando a entidade que elaborou ou contribuiu para desenvolver os estudos que surjas ao mesmo. Nos seus considerastes fala no direito ao equilíbrio climático, porém é uma expressão que não tem assente constitucional, o que tem direito constitucional é o direito ao ambiente. Em nome da CDU, requereu que a proposta fosse retirada, para que possa existir um esclarecimento aos senhores deputados da assembleia, e dessa forma, mais esclarecidos e conhecendo o sentido e teor do que é pretendido, voltava novamente à assembleia municipal para discussão e deliberação. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, informando que também queriam propor que a proposta fosse retirada. Que haja uma explicação, uma apresentação da



empresa sobre o seu conteúdo, que desça à Comissão do Território, Urbanismo, Mobilidade e Ambiente, que reunirá no dia seguinte, que seja lá discutido a apresentação da empresa e só depois vir à assembleia para que possam aprová-lo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio afirmou que iria retirar o documento, com o fundamento de que tenham de fazer uma nova apresentação do documento, como já foi feito aos senhores vereadores. Informou que todo o trabalho que teriam feito vai ser generalizado para o país inteiro, para em 2024 todos os municípios já terem propostas do Roteiro para a Neutralidade Carbónica devidamente aprovada, pois quem não a possua, não poderá vir a aceder, eventualmente, a fundos comunitários. Nessa perspetiva, disse que iria combinar com a senhora presidente da assembleia uma forma de marcar uma sessão de esclarecimento com todos os senhores deputados.

----- Interveio o Senhor Deputado Firmino Amendoeira do grupo BE, referindo que quando foi aprovado na assembleia municipal, em Vila Nova da Rainha, a recuperação e remodelação da Escola Secundária, disse que os deputados não tinham tempo para analisar o documento de quinhentas páginas. Hoje não era tanto pelo número de páginas, mas pelo conteúdo, por ser um assunto difícil e os senhores deputados não serem especialistas em ambiente, o que torna o estudo mais difícil. Voltou a reiterar que este tipo de documentos, não se deviam agarrar à lei que dá oito dias como prazo mínimo para serem entregues, podendo ser entregues com mais tempo. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, expondo que para além das sessões de esclarecimento com os membros da assembleia municipal, convinha fazer sessões de esclarecimento com os presidentes de junta e com as forças vivas do concelho, visto que é um plano para trinta anos. Mencionou que se a câmara municipal discutiu este assunto várias vezes, em várias reuniões, provavelmente, também iriam precisar de várias reuniões de esclarecimento, assim como outras entidades também precisarão. Propôs alargar a discussão deste documento antes de voltar à assembleia, a toda uma série de forças do concelho, nomeadamente, presidentes de junta. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio referiu que quando elencou os membros da assembleia municipal, os presidentes de junta são membros inerentes da assembleia municipal, e não os iria excluir. -----

----- **A proposta foi retirada.** -----



----- Ponto 5 – Reconhecimento de Interesse Público para a Instalação de seis unidades Fotovoltaica e Linha de Transporte – Processo 41/20 OOU ----- P 74/P/2022

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio fez uma breve alocução e mencionou que o arquiteto Paulo Natário estaria disponível para responder a algumas questões mais técnicas que surjam. Explicou que era um pedido de instalação de seis unidades para produção de energia solar, possuindo o mesmo, uma componente social. A empresa propôs ao município contribuir com 2 mil euros por ano, durante trinta anos, para projetos na área do ambiente e da investigação. Colocou a possibilidade de mudar a sede social para o concelho, de forma a pagar os seus impostos cá e também a possibilidade de instalar um projeto de energia fotovoltaica numa instituição ou onde a câmara compreender, no valor de 9 mil euros, para se colocar ao dispor da câmara ou da instituição essa valorização. -----

----- A Senhora Deputada Maria João Canilho do grupo PSD, mencionou que quando teriam começado a discutir a questão de utilizarem as declarações de interesse público municipal, por falta de revisão do PDM, teria surgido a ideia, que foi exposta aos membros da assembleia e à câmara, que iria existir um regulamento. Questionou o senhor presidente da câmara se esse regulamento já existia ou estava a ser tratado e se continuava nos planos da câmara a sua realização. -----

----- Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio informou que está nos planos da câmara, até ao final do ano, entregar um modelo de regulamento para que possa nortear estas situações, tendo sido esse o compromisso que teria assumido com os senhores vereadores. Referiu que o Plano Diretor Municipal terá sempre de ter uma abertura para situações novas que apareçam e que o mesmo não pode ser um documento fechado. -----

----- A Senhora Deputada Maria João Canilho do grupo PSD, disse que, pessoalmente, não iria votar mais nenhuma declaração de interesse público municipal, até que seja revisto o PDM ou até que entre em vigor o regulamento para estas questões e que se iria ausentar da sala durante a votação da mesma. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Firmino Amendoeira do grupo BE, referindo que se encontrava na mesma linha da senhora deputada Maria João Canilho, mas que não iria abandonar a sala. Questionou o senhor presidente se lhe poderia mandar uma lista dos últimos dois ou três anos, de



quantas declarações de interesse público municipal já teriam aparecido. Relativamente às fotovoltaicas, mencionou que Azambuja já era um dos concelhos da zona com mais centrais fotovoltaicas e perguntou até que percentagem do concelho vai ser ocupado com as mesmas. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, transmitindo ao senhor presidente da câmara que o partido CHEGA já teria começado os trabalhos para a criação do regulamento. -----

----- O Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, questionou ao senhor presidente da câmara qual teria sido a data da última revisão do PDM. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcoentre, Francisco Morgado do grupo PS, expondo que na página 12 – A ligação da central à Rede Elétrica de Serviço Público será feita a partir de uma linha, com uma extensão de aproximadamente um quilómetro que ligará o posto de seccionamento no interior da central a um apoio de linha da EDP Distribuição que se encontra na parte sul do prédio rústico. Interrogou se a linha da EDP passará por dentro ou por fora dos terrenos da quinta. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta ao senhor presidente da junta de freguesia de Alcoentre, disse que a linha irá passar toda por dentro da propriedade. A propriedade possui 200 hectares e a zona de intervenção serão 12 hectares. Ao senhor deputado José Navarro, referiu que o PDM teria começado a ser revisto a partir de 2022, com sucessivas alterações e que estariam numa fase quase final de apresentação do documento à câmara e à assembleia municipal, e depois para discussão pública. Informou que, obrigatoriamente, no ano de 2023 terá de estar tudo aprovado, com os pareceres todos dados das catorze organizações que fazem parte do concelho do PDM. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Municipal José Navarro do grupo PSD, mencionando que o senhor presidente não lhe teria respondido à pergunta, da data correspondente à última revisão do PDM, que está em vigor. -----

----- Interveio o Senhor Arquiteto Paulo Natário, referindo que o PDM em vigor é de 1995. -----

----- O Senhor Deputado Firmino Amendoeira do grupo BE, lembrou a pergunta que teria feito ao senhor presidente da câmara, sobre qual era a percentagem que o executivo tinha previsto, do concelho, em ocupar com centrais fotovoltaicas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio disse que já existia um conjunto de centrais



fotovoltaicas no concelho, nomeadamente, ligadas a algumas indústrias, como a Sonae, Pingo Doce, Gepack, e que já tinham aprovado duas pequenas ligadas à agricultura, para a Maçussa para o Engenheiro José Barroso e para o Vale da Adega. Portugal tinha uma grande capacidade de produção de energia, mas acabou com duas centrais movidas a carvão e a produção de energia em termos das centrais movidas a água também escasseou, devido à falta de água. Sendo uma situação complicada, e possuindo nós a possibilidade de ter um sol magnífico, daí termos esta situação das energias renováveis. Informou que teria começado a aparecer no concelho, que depois irão à câmara e à assembleia, propostas para produção de hidrogénio. É um novo fator energético que está a aparecer no mercado que carece de um conjunto de apropriações e aperfeiçoamentos, para que o mesmo venha a ser utilizado, nos camiões e nos carros. Necessita também de ter um apoio em termos de painéis fotovoltaicos, porque é necessário para produzir o hidrogénio. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 3 (2 CH e 1 PSD) | Abstenção: 5 (4 PSD e 1 BE) | Favor: 19 (12 PS, 5 CDU e 2 PSD) -----

----- **Aprovado por maioria.** -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, apresentou declaração de voto, que se transcreve: -----

“Esta proposta vem contra o que a bancada do CHEGA tem vindo a defender. Que fique bem claro, a bancada do CHEGA não tem nada contra esta empresa, ou qualquer outra que apresente um projeto que venha a esta assembleia com o teor de interesse público. A bancada do partido CHEGA apresentou uma proposta para o início do procedimento para regulamentar o interesse público municipal, ficando logo assumido que nunca votaríamos favoravelmente enquanto esse regulamento não estivesse concluído.” -----

----- Interveio o Senhor Vice-Presidente António Matos, convidando todos os senhores deputados e quem ouvia, para no dia 30 de setembro, pelas 22 H 00 m, irem a Vila Nova da Rainha, ao Artéria, para uma noite de fado e no dia 1 de outubro, pelas 21 H 00 m, irem à Praça de Toiros em Azambuja, ouvir todas as bandas do concelho de Azambuja e também orquestra, de forma a comemorarem o Dia Mundial da Música. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Vera Braz mencionou um folheto que tinha



sido distribuído pelos senhores deputados do “PARÁISABOR” nos dias 7, 8 e 9 de outubro, o Festival do Torricado e Bolos de Casamento. Partilhou também um e-mail que teria chegado por parte do Movimento Cívico da Saúde em Azambuja, que vai promover dia 30 de setembro, pelas 17 H 30 m, uma marcha lenta na Estrada Nacional 3, entre Vila Nova da Rainha e Azambuja, seguida de concentração em frente ao Centro de Saúde de Azambuja, com o objetivo de protestar contra a falta de médicos no concelho. -----

VII – APROVAÇÃO DA MINUTA -----

----- Aprovada por unanimidade -----

VIII – ENCERRAMENTO -----

----- Eram onze horas e trinta e cinco minutos, quando a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

----- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram transmitidos através do Youtube no canal da Assembleia Municipal e poderão ser visionados através do link: -----

----- <https://youtu.be/DWXIAdbWiU> -----

----- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

A Presidente da Assembleia Municipal de Azambuja,

Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos

Primeiro Secretário,

Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição



Segunda Secretária,

Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo